

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: _____

Data: 06.12.86

Pg.: _____

**Antropóloga denuncia invasão
das terras dos índios Yanomani**

A presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Manuela Cunha, que está em Belém participando de um encontro de pesquisadores do Museu Emilio Goeldi, afirmou que o governo brasileiro está patrocinando uma invasão planejada em terras indígenas pertencentes ao grupo yanomami, localizado em Surucucus, na Serra de Parimã, em Roraima. Manuela fez essa afirmação referindo-se ao Projeto Calha Norte, que está sendo desenvolvido nas regiões de fronteira da Amazônia pelo Exército Brasileiro. "O Exército goza de crédito de confiança junto aos índios. Tem que ser mantida esta tradição e não passar a um ataque".

Segundo Manuela Cunha a área de abrangência do Projeto Calha Norte é habitada por aproximadamente 50 mil índios. Alguns destes grupos são aculturados, mas existem outros com pouco contato e até sete grupos arredios. O projeto, embora faça referência à delimitação de áreas indígenas não ga-

rante, segundo a antropóloga, os recursos para tal.

Aquartelar

Para a construção de um aeroporto em Surucucus, na Serra de Parimã, o Exército vai ter que aquartelar tropas naquela área, próximo a grupos indígenas. As últimas informações da ABA dizem que o Exército, inclusive estaria criando uma infra-estrutura, delimitando ruas e trazendo casas pré-fabricadas para a área. Manuela ressaltou que o Exército deve garantir as fronteiras. "Mas deve garantir as terras indígenas e respeitar a Constituição".

O principal problema dos índios das fronteiras da Amazônia é a ocupação de terras. Segundo a antropóloga, todo o processo de legalização de terras numa faixa de 160 quilômetros, devido ao Projeto Calha Norte foi paralizada, à exceção de duas áreas de pequenas proporções. As terras, indígenas, segundo Manuela, são conflitadas

pela invasão de garimpeiros, madeiros e mineradoras. "Quanto mais demora a legalização, pioram os conflitos", afirmou a pesquisadora.

A posição oficial da ABA é de não indicar nenhuma empresa profissional para fazer consultorias a respeito de grandes projetos. Manuela disse que essa decisão foi tomada depois que uma empresa construtora de hidrelétricas solicitou indicações, mas a Associação acha que sua competência é questionar os projetos, não indicar nomes, embora admita que os profissionais devam fazer consultorias. Segundo Manuela, os profissionais só são chamados para avaliar os estragos. No caso do Projeto Calha Norte Manuela classificou de "escândalo" o fato de nem a sociedade civil nem o Congresso Nacional terem sido consultados sobre o assunto. "As comunidades e as associações de classes devem ser chamadas para discutir as decisões e não depois", concluiu.